A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: os discursos do sujeito professor de Língua Portuguesa

Janete Abreu Holanda[1]

Universidade Estadual de Goiás

Resumo: Esta pesquisa, em andamento, analisa os efeitos de sentidos e formações discursivas nos enunciados dos sujeitos professores de Língua Portuguesa, do Ensino Fundamental II, da rede pública estadual da Cidade de Goiás, em relação à proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Considerando esse caráter e as determinações que o referido documento pode instituir no processo educacional, nosso objetivo, portanto, é analisar a discursivização sobre a BNCC pelos professores, no intuito de compreender os efeitos de sentidos e posições-sujeito que funcionam nessa trama discursiva. Utilizamos como corpus entrevista semiestruturada de três professores de língua Portuguesa do Ensino Fundamental II de duas escolas públicas, na Cidade de Goiás, e também buscamos fazer alguns recortes do componente Língua Portuguesa da BNCC para uma análise comparativa. Para isso, buscamos fundamentação teórica no arcabouço da Análise do Discurso francesa por meio dos postulados de Pêcheux (1990, 2009, 2014) também recorremos aos postulados de Foucault (2009) acerca do sujeito para entender melhor o sujeito professor recorremos também à Orlandi (2015), dentre outros. Nos enunciados analisados, identificamos que o sujeito professor, em grande parte das formulações a respeito da BNCC, individuado pelo Estado com suas políticas linguísticas, identifica-se com a formação discursiva dominante ao filiar seu discurso a uma memória discursiva, que retoma os já ditos sobre a educação, atualizando-os. Mas, em algumas formulações, percebemos que os sentidos vão à outra direção, pois ele afirma o fato de tais políticas serem um sistema de massacre, deixando de considerar a realidade da escola. E é aí que observamos a resistência do sujeito-professor, que passa a questionar a prática autoritária prescrita pelos documentos em relação ao ensino de Língua Portuguesa.

Palavras-chave: Discurso. Lingua Portuguesa. Sujeito-professor. BNCC.

Introdução

A elaboração da BNCC (2017) para a Educação Básica desenvolveu-se como resultado de um amplo processo de reformas econômicas e educacionais. No final desse processo, o MEC publicou-a nos anos de 2017 (Educação Infantil e Ensino Fundamental)e em

[1] Profa. Dra. da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás e Doutorado sanduíche na Università degli Studi G. D'Annunzio.E-mail: jneteholanda@hotmail.com

2018 (Ensino Médio). Esse documento, de caráter normativo, apresenta os parâmetros nacionais para o ensino-aprendizagem em toda a educação básica do Brasil.

Quando o referido documento passa a fazer parte do currículo nas escolas, acreditamos que ele possa gerar relações de forças, por meio dos discursos, por percebermos que haja diferentes posições dos sujeitos professores. Cremos que esses sujeitos, no espaço escolar, posicionam-se de diversas formas, como se estivessem em um jogo, no qual há reações contrárias, aceitações, silenciamentos. Os postulados de Apple (1997, p. 35) corroboram com tal entendimento quando esse autor apresenta que a educação "[...] é uma arena na qual estes conflitos ideológicos são produzidos. Ela é um dos principais sítios nas quais diferentes grupos, com distintas visões políticas, econômicas e culturais tentam definir quais deverão ser os meios e os fins legítimos de uma sociedade".

Considerando esse caráter e as determinações que o referido documento pode instituir no processo educacional, nosso objetivo é analisar a discursivização sobre a BNCC pelos professores de Língua Portuguesa da rede pública estadual, na cidade de Goiás, no intuito de compreender os efeitos de sentidos e posições-sujeito que funcionam nessa trama discursiva.

Para as nossas análises, selecionamos recortes de enunciados de três sujeitos-professores de escolas diferentes e também da BNCC. E como fundamentação teórica, buscamos o arcabouço da Análise do Discurso francesa, porque somente por meio do discurso, podemos questionar as evidências dos sentidos produzidos em determinada materialidade, observando-se os atravessamentos ideológicos, a historicidade e o sujeito.

Ao dizermos sujeitos professores, filiamos aos postulados Foucaultiano (2009) que determina que o sujeito

> (...) não é, na verdade, causa, origem ou ponto de partida do fenômeno da articulação escrita ou oral de uma frase; não é, tampouco, a intenção significativa que, invadindo silenciosamente o terreno das palavras, as ordena como o corpo visível de sua intuição; não é o núcleo constante, imóvel e idêntico a si mesmo de uma série de operações que os enunciados, cada um por sua vez, viriam manifestar na superfície do discurso. É um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar, em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia – ou melhor, é variável o bastante para poder continuar, idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma(...) (Foucaut, 2009, p.107).

Conforme a análise arqueológica de Foucault, os enunciados não remetem a uma instância fundadora, mas apenas a outros enunciados. E por ser uma função e fazer parte de uma determinada formação discursiva, ele atravessa as frases, as proposições, as enunciações, permitindo a sua existência. Diante dessa regulação, verificamos que, ao (re)produzirem os postulados da BNCC, esses sujeitos atuam somente como mediadores entre os acontecimentos, destacando-os, selecionando-os. Desse modo, ao assumir o domínio das palavras, sintetizam a pluralidade dos discursos. Os seus dizeres implicam uma posição, ou seja, uma inscrição no discurso e na história.

Ao enunciar sobre a BNCC, esse sujeito o faz em determinação a um conjunto de relações ideológicas construídas que possibilitaram a emergência de um discurso em detrimento de outros possíveis.

Esclarecendo alguns conceitos- pelos caminhos teóricos da análise do discurso

O discurso

Uma vez que a palavra discurso é usada por outras áreas de pesquisa sobre linguagem, precisamos definir o seu significado para o campo no qual estamos nos apoiando.

Para essa área teórica, o discurso é constituído pelo efeito de sentidos entre interlocutores. Nessa visão, podemos entender que o sentido não tem origem nem nos interlocutores e nem na língua, mas se constitui na relação entre interlocutores no uso da língua, frente às condições sociais de produção do enunciado. Além disso, é necessário entender que o discurso, para irromper, sofre condicionamentos linguísticos e determinações históricas.

Possenti (1988, p. 160) afirma que o discurso é “um efeito de sentido, uma posição, uma ideologia – que se materializa através da língua (...) o discurso se constitui pelo trabalho com e sobre os recursos de expressão, que produzem determinados efeitos de sentido em correlação com condições de produção específicas”.

Segundo Orlandi (2015), a análise do Discurso, campo que tem como objeto de estudo o discurso, preocupa-se em entender como os sentidos são produzidos e como os processos de significação são criados. Nessa perspectiva, podemos perceber que os enunciados dos sujeitos-professores somente sintetizam a pluralidade dos discursos, e ao enunciarem são interpelados pela ideologia para dizerem conforme o que já está estabelecido. Com esse raciocínio, encontramos um sujeito enunciador (não um sujeito empírico) que utiliza uma palavra achando que estava dando a ela certo sentido como se ela não tivesse uma historicidade.

Por isso, quando retomam palavras já existentes, elas adquirem novamente sentido, porém o sujeito-professor tem a ilusão de que ele foi o "criador" do seu dizer. Pensando nessa perspectiva, podemos entender que o sentido é uma construção num dado tempo e num determinado espaço e que o sujeito não é livre para dizer o que quiser.

Dessa forma, a análise do discurso não trabalha somente com palavras, mas sim, com os sujeitos produzindo sentidos no espaço e no tempo, compreendendo os modos como se constituem os efeitos de sentido.

Outro aspecto que queremos ponderar refere-se à ideologia. Nesse aspecto, podemos perceber uma questão importante: palavras iguais podem significar diferentemente e isso acontece pelos efeitos da ideologia.

No discurso, os efeitos da ideologia

Como vimos no tópico anterior, os sentidos não estão nas palavras, no campo estritamente linguístico. Mas onde estão os sentidos?

Pêcheux (2009), buscando explicar essa questão, recorre ao conceito de ideologia, tentando mostrar o importante papel que ela representa no processo de interdição dos sentidos. E ao percebermos que há uma "interdição", compreendemos que o indivíduo não está livre para escolher deliberadamente, numa determinada situação, o que falar, pois o seu dizer estará sendo afetado pelos sentidos que foram se construindo historicamente, que podem ser assumidos ou não pelo sujeito, a depender das posições discursivas que esse poderá ou não

ocupar em função do funcionamento da ideologia, ou seja, do conjunto de sentidos partilhados como verdadeiros por determinado grupo. Portanto, não é tudo que é permitido dizer a qualquer momento e por qualquer pessoa. Há limites jurídicos, éticos, morais, políticos, econômicos, afetivos que constrangem o sujeito em sua liberdade de enunciar.

Nesse sentido, compreende-se que há um mecanismo de produção de efeitos de evidência, de naturalização dos sentidos pela ideologia. Ao analisarmos os enunciados dos sujeitos-professores, podemos perceber que eles enunciam, conforme as posições sociais que ocupam, mas só podem enunciar a partir de um dizer já naturalizado, um sentido que lhes aparece como evidente. E ao enunciar de uma posição, eles têm dois esquecimentos: esquecem que havia outras formas de dizer e esquecem o próprio processo ideológico de produção de sentido, produzindo um texto (superfície linguística) e tendo a ilusão de que os seus sentidos nasceram ali a partir deles, no momento exato de enunciação. E os sujeitos falam com base em uma determinada formação discursiva. Para Pêcheux (1990, p. 166-167), uma formação discursiva envolve direcionamentos sociais como "[...] o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico". Com esse raciocínio, entendemos que as formações discursivas são os valores sociais constituídos como "verdades" as quais vão condicionar o sujeito a enunciar o que pode ou não ser dito em determinada situação e contexto sócio-histórico.

Por isso, quando enunciam, são "convocados" a serem sujeitos sociais pelos discursos que circulam e que os afetam de certa forma. Salientamos que essa "convocação" não é percebida pelo sujeito, mas eles têm a ilusão de controlar e escolher o que diz, mas o que realmente acontece é que enunciam a partir do que já é estabelecido.

Assim, a ideologia funciona produzindo evidências, discretamente, e as impõe de tal modo que os sujeitos não percebam que estejam sendo controlados pela ideologia. Ou seja, a ideologia faz com que os sujeitos se reconheçam como individuais e únicos, sem suspeitarem do processo de interpelação ao qual estão submetidos. Dessa forma, "as ideologias não são feitas de 'ideias' mas de práticas" (Pêcheux, 2009, p.130).

É importante destacar que o sujeito, embora não seja livre das amarras ideológicas,

pode movimentar-se discursivamente, já que há falhas no ritual, conforme Pêcheux (2009). Com esse raciocínio, entendemos que os sujeitos, ao se identificarem com certos discursos e não outros, produzem dizeres conforme determinadas matrizes de sentidos (formações discursivas) que independem deles, sendo uma atualização com o efeito de autenticidade.

Análise dos dados e os efeitos de sentidos mobilizados nos enunciados

Esclarecemos que essa pesquisa ainda encontra-se em andamento, por isso os nossos dados coletados estão incompletos. Mas, para esse artigo vamos trazer as sequências discursivas recortadas de apenas um sujeito professor. Na análise, articulamos os recortes com o dispositivo teórico da AD para identificarmos os sentidos produzidos a partir dos seus enunciados. Com essa metodologia, podemos verificar os efeitos de sentido, as formações discursivas e as formações ideológicas, e as posições-sujeito sobre os discursos da BNCC. Passemos agora as nossas análises.

A SD1 seguinte, na posição de professor, o sujeito, ao julgar a BNCC, coloca-a como um instrumento mediador de mudanças potente, isto é, como um caminho, uma direção de transformação do sujeito aluno, da escola.

SD1 a BNCC tem como objetivo garantir o direito à aprendizagem e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes. Por isso, é um documento importante para promover a igualdade no sistema educacional, colaborando para a formação integral e para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

A materialidade linguístico-discursiva “promover a igualdade no sistema educacional” permite identificar o apagamento das diferenças, sob o efeito da transparência da linguagem, constituindo os sentidos de igualdade de desenvolvimento e de direitos. Dessa forma, com o dizer desse sujeito, temos um gesto de interpretação de que na prática de ensino não há lugar para o diferente e para a diversidade como é também discursivizado pelo documento oficial.

Nessa sequência, encontramos o retorno, na materialidade linguística, dos pressupostos da BNCC. Com o retorno, observamos que há um já dito que constitui os dizeres

do sujeito professor, os quais são reproduzidos historicamente, pois se repetem ao longo da história a respeito do documento e a prática de ensino de Língua Portuguesa. Então, o sujeito professor reconhece que o documento "garante" "promove" "colabora" para a igualdade. Portanto, em seu dizer, aponta a presença de uma exterioridade que intervém no processo de construção de sentidos, reproduzindo-se, então, o discurso que circula também na BNCC. Assim, o sujeito professor, com o já-dito, que atravessa a materialidade discursiva, estabelece a posição de adesão, por meio de um movimento de repetição, reformulação. Compreendemos que a SD1 funciona, dessa forma, com efeitos discursivos de homogeneização, como se todos os alunos se desenvolvessem de formas similares, na mesma idade e nas mesmas condições, desconsiderando, portanto, as especificidades dos discentes, do processo ensino-aprendizagem. Dessa forma, entendemos que o MEC fica na posição de ser o sujeito responsável de "promover a igualdade no sistema educacional".

Na materialidade linguística "para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva", no entanto, o sujeito enunciador, afetado pelas políticas de ensino do Estado, traz uma memória que reproduz uma prática de exclusão da diversidade, em que não há lugar para o diferente.

Mas, esse processo de exclusão da homogeneidade é recorrente em outra SD. Vejamos:

> SD2 a proposta da BNCC tem como objetivo central garantir que todos os estudantes – de norte a sul do país, de escolas públicas e privadas – aprendam um conjunto essencial de conhecimentos e habilidades comuns.

A partir da análise discursiva produzida na SD2, percebemos que o sujeito professor parece crer na Base como um mecanismo para se obter a qualidade no ensino, concebendo-a como fator de transformação ao inserir as competências e habilidades. O discurso das competências e habilidades aciona a memória da reforma dos anos 1990, por um pré-construído que vem de outro lugar. Lembrando que o pré-construído é (...) uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é 'construído' pelo enunciado (PÊCHEUX, 2014, p89). Assim, o sujeito professor retoma os mesmos fundamentos teóricos da reforma de 1990, inscrevendo-se na mesma formação discursiva, na

mesma formação ideológica, mas com alguns sentidos diferentes, pois as condições de produção são outras.

O sujeito professor, quando transita de uma FD para outra, entre o identificar-se e o desindentificar-se, configura-se, transforma-se, dispersa. Assim, ao enunciar a SD3 seguinte, sobre quais os fatores limitantes, no seu trabalho docente que inviabilizam em concretizar a proposta da BNCC, ele responde que

SD3 o interesse por parte dos alunos, diante de sistema que massacra o professor por resultados positivos.

Como somos constantemente interpelados (chamados) pelas ideologias e respondemos a esse "chamado" mediante tomadas de posição, o sujeito professor, na SD3, contraidentifica-se com a FD que lhe é imposta pelo interdiscurso e não quer reproduzi-la totalmente. Dessa forma, esse sujeito "se volta" contra o sujeito universal por meio de uma tomada de posição que consiste em uma separação (distanciamento, questionamento indireto, contestação). Ao tentar se distanciar, ele explicita as suas condições de trabalho, no entanto, demonstra que elas ainda não são satisfatórias, dadas às exigências do "sistema" e do "desinteresse dos alunos". Assim, o dizer do sujeito, por meio do verbo massacra, faz produzir um efeito de sentido de insatisfação, submissão, ou até mesmo uma aniquilação.

Conforme já mencionamos, o discurso produzido pelo sujeito-professor é um dizer reproduzido na história, um já dito que sustenta o dito (os documentos estão distantes da realidade da escola) sendo que esse dizer está determinado "[...] pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico no qual as palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)" (ORLANDI, 2015, p. 19). Assim, o sujeito-professor, nessa SD, não se identifica com o discurso do documento, inscrevendo-se em outra formação discursiva.

Considerações finais

Após analisarmos o dizer do sujeito professor da pesquisa e os documentos oficiais, foi possível observarmos que ao enunciarem, acionam a memória discursiva, a qual intervém no intradiscurso do sujeito professor em vários momentos.

Nos enunciados analisados, identificamos que há o pertencimento da formação discursiva de adesão. Em grande parte das formulações apresentadas a respeito dos documentos oficiais e do ensino de língua, observamos que esse sujeito, individuado pelo Estado com suas políticas linguísticas, identifica-se com a formação discursiva dominante ao filiar seu discurso a uma memória discursiva, que retoma os já ditos sobre a educação dos documentos normativos. Mas, em algumas formulações, o sujeito-professor constrói outros sentidos, ou seja, vão à outra direção, pois esse sujeito afirma o fato de tais políticas (sistema) desconsiderarem a realidade da escola. Com isso, ele procura, na medida do possível, resistir, passando a questionar a prática autoritária prescrita pelos documentos em relação ao ensino de Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. **Conhecimento oficial:** a educação democrática numa era conservadora. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>. Acesso em ago.2023.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Traduzido por Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi et al. 4.ed. Campinas, SP: Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, M. **Análise automática do discurso** (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani et al. Campinas: Unicamp, 1990.

POSSENTI, Sírio. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes,1988.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso. In.: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Org.). **Discurso e Textualidade**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.